

Religiosidade e religião no oeste de Santa Catarina: a crença no monge João Maria e a instituição do Catolicismo

DÉLCIO MARQUETTI, JURACI BRANDALIZE LOPES DA SILVA

Resumo

Esta pesquisa foi desenvolvida com métodos e abordagens da História Oral e, para tanto, foram entrevistados sujeitos de cultura cabocla, residentes no oeste de Santa Catarina, cujas manifestações religiosas incluem a crença no monge João Maria D'Agostini. Analisou-se essa religiosidade, conhecida como popular, e as percepções dos entrevistados acerca das transformações sofridas com a introdução do Catolicismo oficial, a partir da década de 1920, com colonizadores oriundos do Rio Grande do Sul e, posteriormente, com a chegada de igrejas cristãs não-católicas. Os entrevistados assimilaram os ritos oficiais sem abandonarem completamente suas antigas práticas. Na medida em que o processo colonizatório, responsável por uma série de transformações econômicas e culturais, impôs-se, os vestígios da cultura cabocla tenderam a perder-se em boa parte, ou a se confrontarem com dogmas proferidos por outras denominações cristãs, gerando dúvidas e descrédito, ou ainda, a servirem como elementos de afirmação.

Palavras-chave

Monge João Maria D'Agostini; religiosidade; cultura cabocla; Oeste de Santa Catarina

Abstract

This research was developed methods and approaches to oral History, Brazilian Indian of pure blood culture were interviewed, living in Santa Catarina western, whose manifestations include religious belief in the John Maria D'Agostini Monk. We analyzed this religion, known as popular, and the perceptions of the interviewed ones about the transformations with the introduction of official Catholicism, from the 1920s, with settlers from Rio Grande do Sul, and later with the arrival of non-Catholic Christian churches. The interviewed people assimilated the official rites without abandoning completely their old practices and to the extent that the colonization process, responsible for a series of economic and cultural transformations, was imposed, the vestiges of the *cabocla* culture tended to get lost in large part to confront with dogmas given by other Christian denominations, creating doubt and disbelief or serving as part of statement.

Keywords

John Mary D'Agostini Monk - religion – *cabocla* culture - West of Santa Catarina

Introdução

A região oeste de Santa Catarina se constitui em espaço singular na trajetória histórica do estado. Foi definitivamente considerada como território catarinense, em 1916, quando do término da Guerra do Contestado, iniciada em 1912. Até então era reivindicada pelo vizinho estado do Paraná, cujos interesses econômicos encontravam-se voltados para a extração de erva-mate e, principalmente, da madeira de araucária, abundante na região. Antes disso (século XIX), havia sido palco de disputa com a Argentina, na Questão de Palmas ou *Misiones*. No período anterior à presença portuguesa, comunidades indígenas *kaingang* e *guarani* habitavam o oeste e, ainda hoje, existem reservas com terras demarcadas.

Os primeiros portugueses a penetrarem na região foram bandeirantes, no século XVIII. Aos poucos, o caboclo foi tomando parte na composição cultural da população local, que agrega uma espécie de síntese de elementos das culturas africana, portuguesa e até mesmo indígena.

Em princípios do século XX, teve início um processo de colonização com a frequente chegada de descendentes de imigrantes europeus (italianos, alemães, poloneses) oriundos do Rio Grande do Sul. Esse processo intensificou-se após a Guerra do Contestado, quando o governo do estado incentivou o fenômeno migratório, dando suporte a companhias colonizadoras que vendiam as terras e criavam parte da infra-estrutura necessária à instalação dos colonos. Essa “sociodisséia”, chamada desbravamento pelos seus idealizadores, foi marcada pela violência, extermínio de comunidades indígenas e submissão de populações caboclas (Renk, 1997; Marquetti, 2008), embora persista, ainda hoje, uma aura de heroísmo que teria consagrado a chegada da civilização.

A guerra do Contestado foi um conflito que envolveu populações caboclas do oeste catarinense expulsas de suas terras quando da construção da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, pela empresa Brazil Railway Company, de um lado, e coronéis, governos dos estados de Santa Catarina e Paraná, de outro. Os jagunços dos coronéis, as polícias dos dois estados e o Exército brasileiro atacaram redutos de caboclos que se formaram com o processo de exclusão e desapropriação derivado do avanço das forças capitalistas na região, manifesto na construção da referida estrada.

Frente a esse contexto, o objetivo do presente trabalho é analisar um conjunto de elementos que compõe a religiosidade dos caboclos manifesta em

crenças, rituais e orações, e as percepções dos entrevistados acerca das transformações sofridas com a introdução do catolicismo oficial na região, a partir da década de 1920, e, posteriormente, com a chegada de igrejas cristãs não-católicas ou evangélicas.

Este texto é resultado de um projeto de pesquisa realizado no ano de 2007, financiado pelo programa PIBIC/UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus de Xanxerê), no qual se lançou mão de abordagens e métodos da História Oral. Foram entrevistadas quatro mulheres e um homem que preservam, em maior ou menor grau, aspectos da cultura denominada cabocla, especialmente em termos de religiosidade.

A entrevistada Maria Angela Vaseack nasceu em 1939. Sua sobrinha, Elisabet de Sá, nascida em 1953, é mãe do entrevistado Marcos Rosa da Silva, nascido em 1976. As senhoras Ernestina Francisca Camargo, nascida em 1923, e Emília Nunes de Araújo, nascida em 1925, não possuem parentesco com os demais entrevistados. As entrevistas encontram-se depositadas no Laboratório de História Oral da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus de Xanxerê.

Em se tratando de uma cultura de forte tradição oral, na qual se aprendia tudo o que era necessário “com os mais velhos”, como disseram os depoentes, desde a produção da subsistência, o trabalho na lavoura, o trabalho doméstico, como também aspectos da cultura imaterial, tais como crenças e festividades, que dão sentido ao mundo e lhe conferem ordem. A recorrência aos procedimentos da História Oral justifica-se pela ausência quase total de outras formas de registro. A matéria prima aqui é a memória.

A religiosidade das populações caboclas é fortemente marcada por elementos definidos como *catolicismo popular* ou *rústico* que tem no culto ao monge João Maria, santo popular não reconhecido pela Igreja, uma de suas mais importantes manifestações. Também fazem parte desse conjunto de crenças e práticas o pedido da bênção, mesada dos anjos, batismo em casa e a festa do Divino Espírito Santo.

Segundo as antropólogas Adiles Savoldi e Arlene Renk, em seu *Inventário da cultura imaterial cabocla no oeste de Santa Catarina*, publicado pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina,

No início do século XX, entraram os padres, estrangeiros ou não, atuando na perspectiva de romanização, ou seja, opondo-se ao clero nacional e ao catolicismo popular, mas obedecendo aos preceitos de Roma. (...) Na região

mais próxima do Contestado (...) temos os embates entre Frei Rogério e os líderes do movimento, em que o religioso lutava pela imposição de seu modo (que era apenas um modo) legítimo de catolicismo. (2008, p. 42)

A Festa do Divino foi trazida ao oeste catarinense pelos portugueses, que também cultuavam santos incorporados pelos africanos ao seu panteão e as suas práticas religiosas, como São Jorge e São Sebastião. Já a crença no monge João Maria é originária da própria região.

Na região do Contestado, como ficou conhecida uma extensão de terras que abrange o sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, apareceu um monge que exerceu grande influência entre os caboclos. João Maria D'Agostini, andou pela região em fins do século XIX e exerceu forte influência no imaginário da população local, que passou a atribuir-lhe milagres e a recorrer, em suas práticas de cura, a cinzas, folhas, águas ou objetos por ele tocados.

Não obstante tratar-se aqui de um trabalho de caráter histórico, este possui forte cunho antropológico e, embora a análise seja direcionada à religiosidade cabocla, elemento marcante na constituição da cultura dos povos, concorda-se com Antonio Paulo Benatte (2008, p.75) que

há que se evitar a identificação ou subsunção total entre história religiosa e história cultural – e, conseqüentemente, entre religião e cultura. O perigo, claro, é que o fenômeno religioso seja diluído no conceito antropológico mais lato de cultura. Perigo, pois se o religioso torna-se indistinto do cultural, o objeto “religião” ou “religiosidade” perde toda especificidade ontológica, toda singularidade histórica e, inclusive, toda particularidade cultural, e então não haveria mais porque falar em história religiosa ou história das religiões e religiosidades.

Para o autor, a pesquisa privilegiou, nas últimas décadas, uma dimensão mais antropológica das religiosidades populares, incorporando conceitos de cultura, identidade, etnicidade e gênero, o que força o historiador a buscar um referencial historiográfico mais específico, que não se limite ao social, mas que, tampouco, o abandone. “Uma história antropológica ou uma antropologia histórica das religiões e religiosidades torna-se possível na medida em que o historiador consegue se situar.”, diz Benatte (2008, p. 75).

Religiosidade e religião: a crença no monge João Maria e o Catolicismo

Na região, a chegada dos colonizadores trouxe consigo a implantação do Catolicismo oficial, praticado por boa parte dos colonizadores, com seus dogmas e ritos institucionais, nos quais a tendência foi de renegar práticas e santos da religiosidade praticada pelas populações locais. Esta, embora permeada de vários elementos católicos, dava grande margem a presença do maravilhoso, do fantástico e do milagre, identificava práticas presentes em outras matrizes religiosas, africanas e indígenas. Foram comuns as derrubadas de capelinhas de santos da piedade cabocla, como São Jorge e São Sebastião, substituídos por santos mais cultuados entre os descendentes de italianos, como Santo Antônio, por exemplo.

As falas dos entrevistados expressam todo um conjunto de transformações marcadas por perdas de referenciais, substituição de práticas populares por dogmas e ritos institucionais, alterações no modo de vida provenientes do processo dito civilizatório levado a cabo especialmente ao longo do século XX.

Companhias colonizadoras e Igreja, juntas, idealizaram um ordenamento do local, buscando, em seus propósitos, acabar com o “atraso e ignorância” em que, supostamente, viviam os “escassos” habitantes da região. São comuns, nos depoimentos de colonizadores, as expressões “Aqui não tinha nada.” ou “Aqui não tinha ninguém.” Indígenas e caboclos não passavam de *intrusos* e muitos esforços foram empreendidos no sentido de “limpar” as terras e promover o progresso (Renk, 1997).

Os depoimentos traduzem esperanças e resistências, como também dúvidas e incertezas, assimilação, apatia e indiferença.

Começamos pela análise das falas das depoentes mais antigas. Ernestina Camargo e Maria Angela Vaseack, moradoras na cidade de Xanxerê, donas de casa, profissão que sempre exerceram, são naturais da região do Velho Cruzeiro do Sul (atual Joçaba), região palco da Guerra do Contestado, na qual a passagem e a influência do monge João Maria foram marcantes. Devotas do monge, ainda hoje praticam rezas e benzeduras, sempre em seu nome.

Dona Maria Ângela, de todas as entrevistadas, é que dá mais ênfase ao poder do monge de operar milagres. Dirige-se a ele como sendo seu protetor e diz ter recebido “muitas graças”. Portanto, afirma serem as benzeduras, ainda

hoje, “em nome de Deus, de Jesus e de São João Maria de Agostinho”, pois aprendeu com seu próprio pai que o monge teria garantido bastar chamar seu nome três vezes e ele se faria presente. Ao benzer, pede a “São João Maria para derramar as bênçãos sobre aquela pessoa” e afirma ver se a pessoa “vai ser curada ou não vai”, porque “sente”. A crença em ser atendida e em operar com poderes advindos do Santo também fica constatada quando diz que tudo o que pede em suas orações, recebe: “Graças a Deus, sou atendida”, diz.

O milagre narrado por ela com maior comoção e confiança teria acontecido com seu próprio filho este teria conseguido soltar a mão de uma chave na qual ocorria uma descarga elétrica, mesmo com a chave permanecendo ligada. Conta que soube disso apenas ao chegar à casa do trabalho, na lavoura, e atribui o milagre ao monge.

Sobre a situação atual da religião, admite que houve uma proliferação de igrejas e que muitos afastaram-se da Igreja, por várias razões, mesmo tendo recebido o milagre do monge quando pequeno, caso de seu filho. Hoje “nem é católico mais, ele é crente”, pois, após o casamento, optou pela religião da esposa. Há um respeito mútuo, pois o filho, mesmo frequentando outra religião, “não dá contra a minha religião e os meus santos”, diz. Por seu lado, entende não poder impor nada aos filhos, ensinou-lhes o que considera importante e verdadeiro, mas admite que, “depois de grandes, eles já seguem o caminho que querem”.

Outra forma de poder atribuída ao monge é o de prever o futuro. Para Dona Maria Angela, tudo o que seus pais falaram a respeito dele e de suas previsões teria dado certo. Quem traz previsões do monge de forma mais detalhada e crê que boa parte já se cumpriu, é Dona Ernestina.

A consideração ao monge aparece já na maneira como a ele se refere. Ao ser interrogada sobre o que sabia a respeito do monge, sua primeira resposta foi, ao mesmo tempo, uma pergunta e uma advertência: “São João Maria?” (grifo nosso). Inicia falando exatamente das previsões do monge e afirma que hora se cumprem, uma vez que estamos no fim do século, ao qual ele fazia referência. A primeira previsão apontada é a visão escatológica conhecida no Cristianismo: o fim dos tempos, últimos dias ou o fim do mundo, nas palavras do monge. Outras previsões são relatadas pela depoente, que assim se referiu:

Ia chegar um tempo, inverno era verão, verão era inverno, tudo como está se dando. Pai matava filho, filho matava pai; criança pinchavam, cachorro adulavam. E está tudo, tudo assim. Que carro parecia formiga, formigão.

Mas ia morrer muita gente de acidente. E não morre? Tudo o que ele disse está se dando.

Interessante notar que a depoente fala com a certeza de que tais previsões já se cumprem e são perfeitamente perceptíveis no atual cenário. Sua convicção é a de quem “viveu para ver” o que seus pais e avós falaram a respeito do monge. Na sua simplicidade e jeito próprio de ver o mundo e o desenrolar dos fatos, parece viver de forma confiante e segura, como se nada pudesse perturbar seu sossego ou assombrá-la, uma vez que muito do que ocorre deixa-lhe de ser completamente novidade, pois o monge havia prenunciado.

É a partir dessa fidelidade e confiança que se encontram, ainda hoje, presentes, em suas casas, imagens de santos. Entre elas, as do monge João Maria, que continua a operar milagres, conforme sua fé. Essa fé se traduz como forma de resistência às forças dominadoras e excludentes do capital que, mesmo impondo novos modelos, não consegue atingir profundamente o imaginário popular que, nos dois casos analisados, mantém-se intacto. É por esse motivo que o monge “... continua nos oratórios sertanejos ao lado dos santos de sua devoção. Continua a fazer os seus milagres, a atender os seus pedintes, nas águas de várias grutas e nascentes, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul”. (Cabral, 1987, p. 307).

As duas depoentes não manifestam maiores traumas ou dificuldades de assimilação dos ensinamentos oficiais trazidos com o catolicismo oficial. Sentiam-se parte de uma religião, sem se preocuparem se seus ritos faziam parte ou não de um cânone. Em sua simplicidade, suas práticas religiosas, fossem quais fossem, faziam parte – e isso é o que importava – de suas práticas mais rotineiras e encaixavam-se perfeitamente às necessidades e aos desafios impostos pelo meio em que viviam.

Para Solange Ramos de Andrade (2008, p. 238), “é difícil detectar o limite entre o institucional e o não institucional por se tratarem de expressões complexas nas quais o devoto acredita estar vivendo sua religião, sem a preocupação dela estar ou não sancionada pela instituição.” Em se tratando de manifestações que envolvem o culto aos santos, emblemática para o catolicismo, a autora afirma:

(...) numa manifestação de religiosidade, o devoto utiliza elementos que são característicos da religião oficial, sem sentir-se embaraçado por isso. Gestos como rezar orações próprias da religião ou pedir a celebração de missas para pagar uma promessa feita a um santo não reconhecido oficialmente não o

constrangem, pois ele continua considerando-se sempre ligado à sua religião. (idem, p.238)

Manter-se católico e envolvido com seus dogmas e práticas, oficiais ou não, em meio ao surgimento de tantas denominações religiosas, é continuar acreditando naquilo que se aprendeu com os pais, na educação recebida e ensinada, mantendo elos com o passado, no qual não cabem rancores e mágoas. É também manter e reviver identidades. Suas crenças se traduzem em componentes fortes de resistência diante de mudanças e de modismos.

Quando Maria Ângela diz: “Eu quero ser católica até os últimos dias da minha vida, porque nasci e me criei católica”, expressa de maneira contundente a importância por ela atribuída ao manter-se fiel aquilo que se aprendeu, sem necessidade de se buscar filosofias ou explicações fora disso, pois estas não acrescentariam ou melhorariam em nada as coisas. Talvez esse seja o principal elemento definidor de uma identidade que perpassa, principalmente, no âmbito familiar.

Dona Ernestina assegura: “Eu nasci Católica, morro Católica, não troco de religião. Porque Deus não é palhaço e nem o nome Dele”. Porém, também afirma que “religião é uma coisa e Igreja é outra” e assegura que tudo o que possui foi através do seu esforço e da ajuda de Deus. Seu depoimento é particularmente revelador quando diz: “Eu forcejei e Deus me alcançou o que eu pedi”. E prossegue “O que nós alcançamos, não é Igreja, não é o padre, não é o evangélico, é a fé e o nome de Deus. Se tu entrar num quarto, rezar e fazer teu pedido, pois Deus alcança”.

As falas apontam para uma postura em que, se a Igreja oficial não foi totalmente negada, tampouco foi totalmente assimilada, servindo, seguramente, como meio de afirmação perante a “onda” de novas igrejas com ensinamentos em parte estranhos à sua cultura genuína.

Outra depoente, também das mais antigas, Dona Emília (*in memoriam*), cresceu em meio aos costumes e práticas da cultura cabocla, trabalhou no campo, foi dona de casa e chegou a trabalhar em uma indústria da cidade. Em seu depoimento, relata um cotidiano vivido em meio a inúmeras dificuldades, o que não considera de todo negativo porque, apesar do muito trabalho necessário para alimentar-se, os produtos consumidos tinham gosto, sabor e não faziam mal à saúde. Seu casamento foi arranjado por seu pai, sem que tivesse muito direito de se manifestar ou negar, como era comum na época.

Quanto às tradições religiosas, havia respeito aos dias considerados santificados. Também aprendeu com os mais velhos a benzer, fazer remédios e orações. “Eles [os antigos] se defendiam através de orações.” Os males físicos, como dores, amarelão, torcicolos eram os mais comuns, tratados com ervas e/ou rezas e benzeduras. Mas também havia males do campo do sobrenatural, como batalhas espirituais. Outra característica forte da piedade popular, que aparece nos depoimentos, é a necessidade de defesa e proteção (Dona Ernestina também citou rezas para combater mau olhado, inveja e para “selar quem não te gosta”).

Em sua família, os santos - e entre eles João Maria - também assumiram papel preponderante. No entanto, há um elemento que diferencia a trajetória de Dona Emília em relação às demais entrevistadas. É o fato de já não ter tanta certeza se crê ou não no suposto poder do monge ou de qualquer outro santo que seja. Houve uma descaracterização da cultura praticada por sua família, na qual a identidade preservada pelas demais não constitui elemento forte de resistência ou mesmo de sobrevivência. “... eu primeiro rezava muito [ao monge], mas agora eu não sei...”.

A entrevistada explica as razões de suas dúvidas. Cita dois filhos que liam muito a Bíblia para ela. Como não sabe ler, ouve algumas passagens bíblicas gravadas em CDs ganhos dos filhos. Segundo os filhos, a Bíblia afirma não existirem santos. Trata-se, é claro, de figuras, reais ou imaginárias, reconhecidas pela Igreja Católica ou não, e não dos santos de que trata a Escritura, que se pode ler como os crentes em Deus e seu poder e em seu filho Jesus.

É nítida, na fala, a crença das igrejas cristãs não-católicas que, na esteira de Martinho Lutero, defendem a necessidade e a possibilidade de uma comunicação direta com o céu, sem intermediários, uma das grandes questões que provocou a cisão no cristianismo, na Europa do século XVI. Esta levou muitos ao rompimento com o Catolicismo, onde Papa, bispos, padres, mártires e santos, para os protestantes, pretendia substituir o papel de Cristo, único intermediário.

Dona Emília encerra assim a questão sobre a religião “Aí então eu conversei mais com Deus, com Jesus...”. Segundo a religião de um de seus filhos, a Bíblia não se refere a milagres feitos por santos, apenas Deus é capaz de operá-los. Isso faz com que ela questione parte daquilo que vivenciou enquanto criança, até mesmo os próprios relatos de milagres supostamente realizados

pelo monge que citou. Na memória, os milagres permanecem, mas questiona sua veracidade.

O depoimento de Elisabet de Sá reflete um interessante momento de descaracterização da assim denominada cultura cabocla. Nascida em 1953, passou a residir em Xanxerê ainda muito pequena, vinda de Joaçaba. Trata-se de um momento em que a implantação da religião oficial já se encontrava em plena consolidação, sendo que seu pai, pedreiro de profissão, ajudou a construir os alicerces da Igreja Matriz, muralha do Cemitério Municipal e Educandário Maria Goretti (hoje Escola de Educação Básica Presidente Artur da Costa e Silva), escola dirigida por congregação religiosa destinada à educação de moças, três grandes ícones do catolicismo.

Sendo assim, Elisabet vivenciou exatamente a fase em que a religião, conduzida pelos padres, consolidava ritos, celebrações, novenas, aos poucos se impondo como prática comum e oficial, ao mesmo tempo em que devoções populares continuavam muito presentes entre a população local, sendo muitas, inclusive, praticadas pelos próprios colonizadores. Sua mãe, benzedeira, era procurada por famílias consideradas distintas na sociedade que se impuseram com o fenômeno da colonização.

A participação nas atividades da Igreja, agora muito mais próxima (antes os padres demoravam a passar e realizavam todos os ritos de batismo, casamento e outros na mesma ocasião), enquadrou os costumes ao breviário católico, sendo o batismo em casa o melhor exemplo. A possibilidade de frequentar a Igreja e praticar seus ritos era uma realidade, coisa que para as gerações anteriores parecia distante. Elisabet tornou-se uma agente atuante na Igreja. Foi catequista, ministra e participou de diversas pastorais, atuando, ainda hoje, como agente de pastoral.

Elisabet cresceu “dentro da Igreja”, ou seja, apesar de seus pais e avós manterem hábitos cotidianos, aos poucos aprenderam o sentido e a forma corretos de realizar os rituais religiosos. O batismo em casa, por exemplo, é explicado pela depoente como uma forma de “iniciação”, no entanto o batismo válido era aquele feito pelo padre. Também fala da importância do Credo (Creio). Ou seja, procura dar explicações para práticas e orações antes vivenciadas de forma espontânea, mais motivadas pela piedade do que por lógicas racionais.

(...) era feito um ritual da água. Claro que a água não era benta. [...] Hoje em dia, a gente, tendo uma visão mais da caminhada da Igreja, a gente vê que a questão do rezar o Creio é profissão de fé. E daí a gente faz o ritual do batismo: “Em nome de Deus pai, filho, Espírito Santo”. A água do batismo, que botava na bacinha que batizava a criança, sempre era jogada ou numa fonte de água ou numa água que corria, porque era assim mesmo o ritual. (...) esse ritual é próprio da cultura cabocla. (...) na família do meu pai, dizia que era uma iniciação; hoje, a gente diria, assim, uma iniciação para a comunidade. Não era uma coisa assim que fazia o batismo em casa e chegava.”

Sua fala é mais harmonizada ao discurso oficial da Igreja, presente em seu catecismo; já a atmosfera de encantamento e milagre, presentes nas falas de Maria Ângela e Ernestina, é marcada por boas lembranças de outros tempos.

Elisabet também se refere às benzeduras que sua mãe praticava, porém deixa bem claro que não eram utilizados para fazer o mal. Pensava-se, no entanto, em melhorar a qualidade de vida das pessoas, contrariando a ideia de que benzeduras seriam práticas associadas à bruxaria, fato muito vivenciado e transmitido durante a Idade Média, mas que perdurou no imaginário popular e ainda provoca muitos preconceitos.

Ao passo que as depoentes Maria Angela, Ernestina e, em menor escala, Emilia se referem a elementos de seu passado e também do presente sem usar o termo cultura cabocla; a fala de Elisabet demonstra a percepção de uma cultura que se esvai e, ao mesmo tempo, manifesta certa preocupação com uma necessidade de preservação. Várias vezes, em suas falas, faz uso das expressões “isso é próprio do caboclo” ou “próprio da cultura cabocla.”

Essa percepção e valorização de sua cultura, que remetem a uma (re) construção de uma identidade propriamente cabocla, provavelmente, deu-se com a participação e envolvimento nos movimentos de renovação que a própria Igreja Católica vivenciou, especialmente a partir da década de 1980, com os debates em torno da Teologia da Libertação. Esses foram muito marcantes na região, palco do surgimento de movimentos sociais, que em muito contaram com a participação de lideranças das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sob a liderança do bispo Dom José Gomes.

Dom José Gomes foi consagrado bispo no ano de 1961 e faleceu em 2002. Seu corpo encontra-se sepultado na Catedral de Santo Antônio em Chapecó. Por sua abrangente atuação nos mais diversos movimentos sociais, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Conselho Indigenista Missionário, só para ficarmos com alguns exemplos, foi considerado um “divisor de águas na história da Igreja e do Oeste

Catarinense”, nas palavras de Pedro Uczai (2002, p. 11) e outras lideranças políticas, religiosas e sociais locais.

Segundo a depoente, um dos melhores momentos da sua família era quando seus pais, vizinhos e outros se reuniam para rezar ou em ocasiões festivas, momento marcante ao qual se refere com muita ênfase, e faz muita questão de lembrar. Dessa forma, valores e práticas eram repassados sem serem impostos, ou seja, as crianças assimilavam e faziam dessas práticas algo permanente, para toda sua vida.

Visualiza, atualmente, uma nova estrutura familiar, na qual filhos não mais fazem parte de uma família constituída de respeito, amor, dedicação e na qual estar junto e rezar não mais é prioridade, e repassar conhecimento nada mais é do que preparar o filho para uma boa profissão, feito em escolas ou pela televisão. Muitos dos problemas sociais vivenciados, hoje, poderiam ser solucionados se os valores que sua família cultivava voltassem a fazer parte do cotidiano, segundo Elisabet.

A sociedade só se faz mais justa e participativa quando as pessoas se reconhecem como seres capazes de ter dignidade plena, sem ter que esconder ou transformar sua identidade cultural. De certa forma, visualizou essas possibilidades no próprio caminho que percorreu em seu trabalho junto às pastorais, com seu discurso voltado à transformação pela partilha, encarada aqui enquanto proposta de (re) distribuição da renda, garantia de direitos sociais etc.

Marcos Rosa da Silva, filho de Elisabet de Sá, representa a própria descaracterização nesse conjunto todo de mudanças: “Não me sinto caboclo”, é como encerra sua fala. Poucos são os hábitos herdados que ainda pratica, como o pedido da benção para os pais. Seu único filho foi batizado em casa, mas não tem certeza se este passará adiante o que aprendeu.

Questionado sobre o que sabia a respeito do monge João Maria e se este significava alguma coisa em sua vida, respondeu:

Sei o que meus pais e avós falaram, e sei o que aprendi na escola também. Ele foi uma figura importante na questão do Contestado a ele foram atribuídos muitos milagres; fazia cura com ervas, benzina, fazia essas coisas para as pessoas humildes, que não viviam no luxo. Ele começou ali na época de 18..., 1840, se não me engano. (...) O segundo veio logo depois, uns 30 ou 40 anos depois do primeiro. O primeiro peregrinou, foi para outro lugar e não voltou mais para a região de Santa Catarina. Aí apareceu o segundo monge São João Maria, cujo nome era Atanás Marcaf. Eu recordo o nome ainda hoje. Esse fazia previsões mais na parte política, para os políticos da

região. Mas também fazia benzimentos, essas coisas. E o terceiro foi o verdadeiro curandeiro da região do Contestado.

Nota-se que as informações contidas nos livros escolares se sobrepõem ao conhecimento como o que aparece nos depoimentos, especialmente de Maria Angela e Ernestina, carregados de emoções e sensibilidades que evidenciam uma relação subjetiva com uma pessoa real, que, se não a conheceram diretamente, seus ancestrais conheceram e deram testemunho dos milagres atribuídos ao monge. A tradição oral constitui-se aqui em critério de verdade. Não era possível duvidar do conhecimento transmitido pelos pais e avós. Diz Marcos,

Na verdade eu não me sinto caboclo. Não mesmo (...) muitos costumes já foram perdidos (...) o pai, a mãe tinham uma tradição. Eu já não faço mais. Procuo alguma coisa conservar ainda, mas não me sinto caboclo.

Marcos demonstra viver em outra era, na qual o conhecimento se constrói a partir de informações concretas, sem dar muita importância à cultura tradicional de seus antepassados. Conserva alguns costumes, mas não demonstra muita segurança sobre o seu real significado. Porém, observando as sociedades atuais e analisando o quanto se perdeu do sentimento de coletividade, de fraternidade e mística, consegue-se entender um pouco da racionalidade mostrada em seu depoimento. A sociedade não possibilita muito espaço para a preservação de manifestações culturais mais tradicionais e interessa que seus membros sejam aculturados e moldados pelo sistema atual, especialmente quando se trata de culturas marginalizadas ou absorvidas, o que também é uma espécie de extinção.

Conclusões

Épocas e contextos diferentes, com seus próprios desafios, dificuldades, sabores e dissabores foram elementos encontrados na pesquisa. As mudanças percebidas nos discursos que, inevitavelmente, remetem às práticas e modos de vida das gerações entrevistadas evidenciam tendências comuns em sociedades industrializadas nas quais os costumes sofrem modificações rápidas com as novas dinâmicas econômicas observadas. Para os caboclos, aderir aos novos rituais e participar de rituais antigos (re) elaborados e (re) significados foi uma forma de manter as práticas culturais de seus ancestrais, numa espécie de

resistência, ao mesmo tempo em que seriam aceitos no universo aparentemente novo que se impunha.

Os pais, antes detentores do conhecimento e da sabedoria (“Quando se tinha uma dúvida, o que você fazia? Você perguntava aos pais”, diz Marcos), foram sendo substituídos por outras formas de autoridade, como a televisão e a *internet*, que, aos poucos, passaram a ditar não só informações, como também padrões de conduta. Para Marcos, as reuniões familiares para cantar ou rezar foram substituídas pela TV, que compromete os indivíduos, tornando-os assíduos em sua apreciação. A *internet* possibilita maior autonomia ao indivíduo: “... isso daqui eu faço sozinho... vou à *internet*”, diz Marcos.

Para Elisabet, a cultura cabocla sofre com o avanço do sistema capitalista, que provoca uma desestruturação familiar. Diz a depoente:

Se a gente for ver hoje como é a questão familiar, já não é mais assim, o pai e a mãe e os filhos. Às vezes é o pai e os filhos, a mãe e os filhos, a vó e os filhos. Essa desestruturação familiar tem muito a ver. É claro que tem influência do sistema capitalista, modelo de sociedade, que leva pro individualismo, pro consumismo. Vale tudo. Vale tudo.

Com a desestruturação e a interferência da sociedade atual nas famílias, os pais, em muitos casos, deixam de ser exemplos de orgulho e conduta para os filhos, e os ensinamentos perdem espaço e são substituídos por saberes virtuais e científicos, colocando em dúvida saberes e costumes que fortalecem culturas e formam maior unidade familiar. Dona Elisabet deixa claro o quanto se orgulha do pai: “[...] se tem pessoa no mundo que eu admiro, é meu pai”, e, por isso, procura conservar parte de seus ensinamentos perante sua família.

Entretanto, como diz Dona Ernestina, os filhos obedeciam às ordens dadas pelos pais, e os pais se preocupavam com os exemplos que davam a seus filhos, “pai e mãe não brigavam perto dos filhos, pra não ficarem desordeiros. Mas onde hoje?” Hoje, os pais atarefados com seus problemas diários, muitas vezes, nem percebem a presença de seus filhos e, em muitos casos, preferem deixá-los em creches ou outras instituições para poderem trabalhar e prover a estes os bens materiais, o que pode levar a comprometimento dos aspectos emocionais do exemplo e da afetividade, deixando, assim, o pai de ser uma figura admirável, para ser apenas um provedor.

Uma vez que as novas gerações passam a ter maior acesso à informação e as possibilidades de instrução se ampliam, especialmente para públicos mais jovens, os pais, que normalmente não estão nas escolas ou em contato maior

com as novas tecnologias, acabam por “dependeer”, em parte, de auxílio dos filhos, quando se trata de informações e da necessidade de adaptar-se. O caso de caixas eletrônicas, serviços prestados pela *internet* e, até mesmo, a leitura e interpretação de textos são exemplos que fazem com que os pais passem a necessitar cada vez mais da ajuda dos filhos, tornando-se cada vez mais dependentes.

O processo de industrialização e de geração de empregos nas grandes cidades, a escassez de terras para o plantio e as dificuldades de se manter no campo fizeram com que os caboclos, na sua grande maioria, tornassem-se mão-de-obra assalariada para as empresas, transformando, assim, os seus hábitos alimentares, já que hoje ele compra praticamente todos os produtos que consome. Pode-se dizer que continua à margem de um sistema que, teoricamente, propicia igualdades de oportunidades e de bens materiais, porém foi totalmente introduzido na cadeia produtiva e geradora de lucros ao capital. Não se tornou dono dos meios de produção, mas foi absorvido como sustentáculo da cadeia produtiva, vendendo sua força de trabalho em troca do consumismo necessário à sobrevivência.

O que chama atenção é que muitos de seus costumes correspondem a anseios da sociedade atual. Na memória das depoentes, encontram-se vestígios de uma cultura naturalista em que a alimentação, por exemplo, era mais saudável e menos degradante para a natureza.

Segundo Dona Emília

ficavaa Emilia cada vez mais da ajuda dos filhos, tornando-se muitas vezes dependentes.memo emocional, do exemplo e da 569569569569Naquele tempo o porco era criado só com milho. Milho, mandioca e abóbora, essas coisas. E não tinha esse negócio de ração, não tinha nada. Era tudo uma coisa pura. Nem nas hortas não se botavam esses adubos que botam hoje. Você colhia uma salada, dava gosto de comer aquela salada. Colhia um tomate, dava gosto de comer um tomate. Hoje em dia o tomate tem gosto de... gosto ruim, gosto de veneno. Acontece que naquele tempo era tudo, não tinha nada, era tudo natural.

Tornar história, a memória dessas pessoas, é oportunizar às futuras gerações o conhecimento de uma cultura que aos poucos foi sendo esquecida e desvalorizada. Tradições culturais, conhecimento religioso, práticas de cura, remédios caseiros foram se perdendo ao longo dos tempos, pois os filhos deixaram de acreditar no imaginário vivido pelos pais. A oralidade perde

importância e a memória não se perpetua quando perde seu significado e utilidade.

Dar sentido e significado a essas histórias é uma forma encontrada pelas depoentes Ernestina e Maria Ângela de resistência, pois, se deixarem de lado toda sua crença, qual seria seu sentido de vida? Para elas, a família é seu bem mais precioso e, então, como se desfazer dos ensinamentos repassados por seus pais? Permitir que seus filhos tenham outras religiões é uma forma de se moldar a sociedade atual, mas questionar tudo o que vivenciaram e viveram é deixar de viver, pois a vida deixaria de ter significado. Como querer explicar um fato - milagre que ocorreu há tantos anos, se para elas foi real?

Diante da crise atual, evidenciada nos depoimentos, percebem-se diferentes reações, mais ou menos entrelaçadas com as convicções religiosas de cada um dos entrevistados. Dona Maria Angela vivencia uma realidade religiosa marcada pela presença da fé no monge e na Igreja até hoje, sem sentir a necessidade de novas reflexões ou ensinamentos que forneçam explicações para o universo em que vive.

Ernestina também não sente necessidade de questionamentos filosóficos ou metafísicos sobre a realidade vivenciada, uma vez que o que acontece hoje apenas consoma as previsões do monge, para a qual se constitui em autoridade.

Para Emília que, diferentemente de Maria Angela, abriu-se para ouvir uma nova visão de religião, mais calcada na Bíblia de que nas crenças populares, apresentada pelos filhos convertidos a outras denominações, as certezas da fé, apontadas pelas demais, não mais se delineiam de formas acabadas ou solidificadas, constituindo-se em verdades imutáveis. O questionamento transformou suas crenças em dúvidas.

Para Elisabet, a crise angustia e mostra um cenário muito mais complexo. As explicações e respostas que de certo modo todos os humanos buscam, apresentam-se um tanto caóticas. A cultura ancestral, quase desaparecida, mostra-se como possibilidade de melhorar o presente, mas, ao mesmo tempo, é frágil, fragmentada e nostálgica. As possibilidades de transformação social, apregoadas pelo idealismo das pastorais sociais, parecem enfrentar desafios maiores do que sua capacidade de dar-lhes respostas, antes aparentemente tão seguras e confiáveis.

O depoimento de Marcos evidencia uma quase que total descaracterização da cultura e religiosidade de seus antepassados, em que crenças e práticas

religiosas já não possuem o mesmo significado que tiveram para seus pais e avós, e valores e normas de conduta são ditados por outros instrumentos.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, S. R. de. A religiosidade católica e a santidade do mártir. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 37, 2008. pp 237-260.
- ARAÚJO, E. N. de. **Cultura cabocla**. Xanxerê: 26.07.2007. Entrevista concedida aos autores.
- BENATTE, A. P. A nova história religiosa. A propósito de um livro recente. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 37, 2008. pp 65-84.
- CABRAL, O. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 3ª edição 1987.
- CAMARGO, E. F. **Cultura cabocla**. Xanxerê: 31.05.2007. Entrevista concedida aos autores.
- Inventário da cultura imaterial cabocla no oeste de Santa Catarina**/Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM). Chapecó: Argos, 2008.
- MARQUETTI, D. **Bandidos, forasteiros e intrusos**. História do crime no oeste de Santa Catarina na primeira metade do século XX. Chapecó: Argos, 2008.
- RENK, A. **A luta da erva**. Um ofício étnico no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.
- RENK, A. Catolicismo popular e etnicidade no oeste Catarinense. In: **Revista Grifos**, n. 25, dezembro 2008. Disponível em <<http://apps.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/viewPDFInterstitial/648/464>>. Acesso em: 28 de abr. 2011.
- SÁ, E. de. **Cultura cabocla**. Xanxerê: 13.04.2007. Entrevista concedida aos autores.
- SILVA, M. R. da. **Cultura cabocla**. Xanxerê: 18.11.2007. Entrevista concedida aos autores.
- UCZAI, P. **Dom José Gomes**: Mestre e aprendiz do povo. Chapecó: Argos, 2002.
- VASEAK, M. A. **Cultura cabocla**. Xanxerê: 05.06.2007. Entrevista concedida aos autores.